

**PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO  
FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISCO II  
- PE, EXECUTADO PELA SECRETARIA DA FAZENDA  
DE PERNAMBUCO - SEFAZ/PE.**

**Contrato de Empréstimo BID - Banco  
Interamericano de Desenvolvimento  
nº 4554/OC-BR**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações financeiras de propósito  
especial para os exercícios de 2019 e 2020**

**PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROFISCO II - PE.**

**Demonstrações financeiras de propósito especial dos exercícios de 2019 e 2020**

**Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras de propósito especial**

**Demonstrativos de fluxo de caixa**

**Demonstrativos de investimentos acumulados**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras de propósito especial**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE PROPÓSITO ESPECIAL

Aos  
Administradores do  
**Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II - PE.**  
Recife - PE

### Opinião sobre as demonstrações financeiras de propósito especial

Examinamos as demonstrações financeiras de propósito especial do **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II - PE**, executado pela **Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco - SEFAZ/PE** e financiado parcialmente com recursos do contrato de empréstimo nº **4554/OC-BR** do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que compreendem as demonstrações de fluxos de caixas correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, e as demonstrações de investimentos acumulados correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado De Pernambuco PROFISCO II - PE** em 31 de dezembro de 2020, de acordo com a base contábil de recebimento e pagamentos descrita na nota explicativa nº 02.

### Base para opinião sobre as demonstrações financeiras de propósito especial

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras de propósito especial". Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Base de elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial

Conforme descrito na nota explicativa nº 02 às demonstrações financeiras de propósito especial, na qual se descreve sua base de elaboração, estas têm como objetivo fornecer informações sobre o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras de propósito especial podem não ser apropriadas para outra finalidade. Entretanto, esse relatório pode converter-se em um documento público, caso em que a sua distribuição não seria limitada. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

## **Pandemia de COVID-19 (coronavírus)**

Em decorrência das medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia de COVID 19 adotadas pelos governos federal, estadual e municipais, somadas ao exaurimento da disponibilidade de recursos humanos especializados para o desenvolvimento oportuno das fiscalizações in loco, houve restrição a deslocamentos da equipe e impossibilidade de realização das visitas técnicas planejadas em obras do Programa selecionadas como amostra de auditoria, as quais foram reprogramadas para o segundo semestre de 2021, sem prejuízo para a análise e conclusões expostas neste relatório. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras de propósito especial**

A Administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de propósito especial, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na nota explicativa nº 02, com os requerimentos estabelecidos no Contrato de Empréstimo nº 4554/OC-BR e no Instrutivo de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa das operações financiadas pelo BID. Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração das demonstrações financeiras nas circunstâncias, assim como para os controles internos que a administração determinou serem necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Programa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras de propósito especial, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Programa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras de propósito especial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras de propósito especial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras de propósito especial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Projeto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras de propósito especial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras de propósito especial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 29 de abril de 2021.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 PE 001269**



**Jairo da Rocha Soares**  
**Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - PE**



NOME DO EXECUTOR: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco  
BR-11501 PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISSCO II - PE  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4554/OC-EP

#### DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Descrição	Período terminado em 31.12.2020		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>	<b>8.220.539</b>	-	<b>8.220.539</b>
Acumulado no início do período	4.810.861	-	4.810.861
	-	-	-
Durante o período	3.409.677	-	3.409.677
Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos)	3.409.677	-	3.409.677
Rendimentos de aplicação financeira	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Outros (detalhar)	-	-	-
Total de Recursos Recebidos	8.220.539	-	8.220.539
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>			
Acumulado no início do período	2.975.655	-	2.975.655
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-
Durante o período	3.619.308	-	3.619.308
Solicitação de Reembolso/ Justificativa de Desembolso apresentado ao BID	4.735.759	-	4.735.759
Ajustes de exercícios anteriores	124	-	124
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação / Justificação (exercício anterior)	2.141.141	-	2.141.141
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/Justificativa	1.024.815	-	1.024.815
Total Desembolsado	6.594.964	-	6.594.964
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>1.625.575</b>	-	<b>1.625.575</b>

As notas anexas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

*Fábio Henrique Soares de Oliveira*  
Assinatura(s) Autorizada(s)

Fábio Henrique Soares de Oliveira  
Coordenador Geral

Fábio Henrique Soares de Oliveira  
Secretário Executivo de  
Coordenação Institucional  
SCI/SEFAZ - PE



Valores em Dólares

Período terminado em 31.12.2019		
BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
4.810.861	-	4.810.861
-	-	-
-	-	-
4.810.861	-	4.810.861
4.810.861	-	4.810.861
-	-	-
-	-	-
4.810.861	-	4.810.861
-	-	-
-	-	-
2.975.655	-	2.975.655
834.514	-	834.514
-	-	-
2.141.141	-	2.141.141
2.975.655	-	2.975.655
1.835.206	-	1.835.206





NOME DO EXECUTOR: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco  
PROGRAMA: Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (PROFISCO II-PE)  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4554/OC-BR

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Categorias de Investimento		Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2018			Acumulado de Exercício 2019			Movimento do Exercício 2020			Acumulado do Exercício 2020			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL			
Valores em USD																			
I	1. GESTÃO FISCAL	10.970.000	10.970.000	0	0	0	425.271	0	425.271	1.633.312	2.048.583	0	2.048.583	8.921.417	8.921.417	0	0		
II	II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL	16.210.000	8.810.000	7.400.000	0	0	2.287.542	0	2.287.542	818.017	3.105.559	0	3.105.559	13.104.441	5.794.441	7.400.000	0		
III	III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	16.660.000	16.660.000	0	0	0	262.842	0	262.842	1.146.827	1.409.669	0	1.409.669	15.250.331	15.250.331	0	0		
A1	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	260.000	260.000	0	0	0	0	0	0	31.152	31.152	0	31.152	228.848	228.848	0	0		
A2	AUDITORIA	300.000	300.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0		
A	Subtotal	44.490.000	37.000.000	7.400.000	0	0	2.975.655	0	2.975.655	3.619.308	6.594.964	0	6.594.964	37.805.036	30.405.036	7.400.000	0		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

  
Assinatura(s) Autorizada(s) Fábio Henrique Soares de Oliveira  
(Coordenador Geral)

Fábio Henrique Soares de Oliveira  
Secretário Executivo de  
Coordenação Institucional  
SCI/SEFAZ - PE



## PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO PROFISCO II - PE

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

**1. Descrição do Programa** Para atingir o objetivo o Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

**a) Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal**

Este componente tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade, potencializando o desempenho institucional da SEFAZ, e financiará:

- i) **Implantação da gestão estratégica fazendária.** Por meio de: (i) sistema informatizado para planejamento e acompanhamento em tempo real das metas estratégicas e da execução dos projetos do SEFAZ, assim como o tratamento e a divulgação das informações geradas; e (ii) redesenho dos processos administrativos e financeiros da SEFAZ e melhoria de seus respectivos sistemas informatizados de apoio.
- ii) **Implementação do modelo de gestão de funcionários por competências.** Por meio de: (i) metodologia para avaliação e dimensionamento dos recursos humanos, contemplando regime de contratação e capacitação por competência, apoiado por um sistema informatizado específico; e (ii) plano de desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos baseado em competências.
- iii) **Fortalecimento da governança de TI.** Por meio de: (i) estratégia de armazenamento, proteção e recuperação de dados, incluindo softwares e hardwares necessários; (ii) ferramentas para apoiar o monitoramento de serviços de TI, em nível de usuários internos e externos da SEFAZ, nos aspectos de integridade de dados, falhas, tempos de resposta e acessos não autorizados; e (iii) atualização do parque tecnológico de hardware e software de apoio.





## **b) Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal**

Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, e financiará:

- i) **Fortalecimento da gestão de incentivos fiscais.** Por meio de: (i) revisão e adequação dos procedimentos de gestão para a concessão de benefícios fiscais, incluindo os aspectos relacionados à estimativa e avaliação das perdas e benefícios envolvidos; e (ii) sistema informatizado de apoio à gestão de incentivos fiscais, incluindo a notificação automática em caso de descumprimento das regras estabelecidas pelo fisco.
- ii) **Simplificação das obrigações tributárias.** Por meio de: (i) implantação do sistema da Rede Nacional de Simplificação de Registro e Legalização de Empresas; (ii) simplificação das obrigações dos contribuintes no SPED; e (iii) integração do sistema de administração tributária ao Portal Único de Comércio Exterior.
- iii) **Fortalecimento do modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito.** Por meio de: (i) revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização de trânsito, contemplando a criação de um posto fiscal virtual de controle de mercadorias em trânsito (e-PostoPE) e a expansão da central de operações estratégicas. Inclui a adequação da infraestrutura física e tecnológica dos postos de controle; e (ii) metodologias de análise de risco e inteligência fiscal para apoiar a seleção oportuna, eficaz e eficiente das cargas a serem examinadas fisicamente nos pontos de controle.
- iv) **Melhoria e integração de sistemas de cobrança.** Por meio de: (i) metodologia de apoio à cobrança administrativa contemplando facilidades ao contribuinte para o pagamento de suas dívidas; (ii) Sistema informatizado de Gestão de Processos Fiscais (GPF), contemplando a funcionalidade de cálculo de multas e juros na cobrança administrativa, incluindo o controle de créditos não tributários; (iii) Sistema informatizado para Controle e Acompanhamento de decisões judiciais (AJ-SEFAZ) do contencioso; (iv) Sistema informatizado para Restituição e Recuperação de Créditos (SRC) em favor dos contribuintes; e (v) integração do Sistema informatizado de Automação Judicial (SAJ) da PGE aos sistemas GPF, Pat-e e PJ-e.



- v) **Fortalecimento da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).** Por meio de: (i) reestruturação das informações da NFC-e e do seu respectivo sistema de gestão; (ii) estratégia para a ampliação do armazenamento de dados gerados pela NFC-e, incluindo a aquisição de dispositivos e sistemas de armazenamento; e (iii) metodologias e ferramentas para o tratamento das informações geradas pela NFC-e.

**c) Componente III. Administração financeira e gasto público**

Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e da execução financeira e financiará os seguintes produtos:

- i) **Aperfeiçoamento da gestão financeira.** Por meio de: (i) sistema informatizado de gestão do fluxo de caixa e da Conta Única do Tesouro, integrado ao Sistema de Administração Financeira do Estado (e-Fisco); e (ii) sistema informatizado de gestão de contas a pagar aos fornecedores do estado, integrado ao e-Fisco.
- ii) **Fortalecer a gestão de transferências para entidades e municípios.** Por meio da revisão dos procedimentos de transferência e da implantação de um sistema informatizado de gestão, que também controle as devoluções de recursos por parte das entidades.
- iii) **Fortalecimento do modelo de gestão contábil do Estado.** Por meio de: (i) aperfeiçoamento do sistema de pagamento de pessoal da administração indireta e direta para que seja possível efetuar o comprometimento do pagamento de forma automática no e-Fisco e gerar os lançamentos contábeis nas contas gerais do Estado; e (ii) atualização do patrimônio do estado, avaliação e aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão do patrimônio.
- iv) **Melhoria da gestão da dívida pública.** Por meio do aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão da dívida, que permita realizar cálculos de pagamento e projeções de cenários de forma oportuna, bem como efetuar o compromisso da dívida de forma automática no e-Fisco, com geração de lançamentos contábeis na contabilidade geral do estado.
- v) **Implantação de novos procedimentos para gestão de custos públicos.** Por meio de metodologia de estimativa de custos públicos apoiada por um sistema informatizado integrado aos sistemas corporativos do estado, implantado em todos os órgãos setoriais.





A fim de otimizar o uso dos recursos e fortalecer a efetividade das atividades da gestão fazendária, algumas entidades externas foram inseridas em produtos do Programa, de modo a permitir o alcance correto das medidas desenvolvidas no âmbito da SEFAZ, mas com rebatimentos em outros entes estaduais. Assim, também são beneficiários do Profisco II, em produtos específicos, relacionados aos desdobramentos da atividade fazendária, a Secretaria de Administração (SAD), a Secretaria Estadual de Saúde (SES), a Agência de Tecnologia da Informação (ATI), a Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE), a Controladoria Geral do Estado (CGE) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

### Custo do Programa e plano de financiamento

Para atingir os objetivos do Programa, foi firmado o Contrato de Empréstimo Nº 4554/OC-BR, em 30 de setembro de 2019, com prazo de desembolso de cinco anos, e data final de amortização em 15 de maio de 2044. A amortização se dará em prestações semestrais consecutivas, vencendo a primeira no dia 15 de maio de 2025.

O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 44.400.000 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil dólares), dos quais o Banco financiará até o equivalente a US\$ 37.000.000 (trinta e sete milhões de dólares). Os recursos de contrapartida, no montante de US\$ 7.400.000 (sete milhões e quatrocentos mil dólares), serão aportados pelo Estado de Pernambuco, na qualidade de mutuário.

O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local:

<b>Categorias</b>	<b>Banco</b>	<b>Contrapartida</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>1. Custos diretos</b>	<b>36.440.000</b>	<b>7.400.000</b>	<b>43.840.000</b>	<b>98,7</b>
<b>Componente I:</b> Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	10.970.000	-	10.970.000	<b>24,7</b>
<b>Componente II:</b> Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	7.400.000	16.210.000	<b>36,5</b>
<b>Componente III:</b> Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	-	16.660.000	<b>37,5</b>
<b>2. Gestão do projeto</b>	<b>560.000</b>	<b>-</b>	<b>560.000</b>	<b>1,3</b>
2.1 Monitoramento e avaliação	260.000	-	260.000	<b>0,6</b>
2.2 Auditoria	300.000	-	300.000	<b>0,7</b>
<b>Total</b>	<b>37.000.000</b>	<b>7.400.000</b>	<b>44.400.000</b>	<b>100</b>
<b>%</b>	<b>83,3%</b>	<b>16,7%</b>	<b>100%</b>	



## 2. Principais Políticas Contábeis

### ▪ **Base de Contabilidade Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "*IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa*".

### ▪ **Unidade Monetária**

Os demonstrativos financeiros do programa foram elaborados em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares americanos dos do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da internalização dos recursos. E as despesas realizadas são convertidas em dólares americanos com base nessa taxa. Este critério mitiga a ocorrência de ganhos e/ou perdas cambiais.

Os recursos de contrapartida são convertidos para dólares pela taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil no dia anterior à data efetiva da apresentação da solicitação ao Banco.

## 3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro estão depositados nas contas bancárias do Programa.

Em US\$		
Descrição	2020	2019
Conta Única do Tesouro (se aplicável)	1.625.575,23	1.835.206,26
Total	1.625.575,23	1.835.206,26

Durante o ano de 2020 não foram registradas receitas provenientes de juros.



#### 4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ **1.024.815,20**, e está representado a seguir:

	US\$
Gastos efetuados em 2020 não apresentados ao BID	1.024.815,20
<b>Total</b>	<b>1.024.815,20</b>

Não há despesas identificadas como não elegíveis ao Programa.

#### 5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	3.976.347,64
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	4.735.758,61
(+) Ajustes do exercício 2020 (a ser apresentado na SD 06)	123,97
(+) Adiantamentos recebidos	3.409.677,43
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	2.650.390,43

#### 6. Fundos de Contrapartida Nacional

*O governo do Estado de Pernambuco assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 7.400.000,00, como contrapartida local. Até 31.12.2020 não houve aporte de contrapartida.*

#### 7. Ajustes de Períodos Anteriores

*Será apresentado ajuste de US\$ 123,97, na Solicitação de Desembolso SD 06.*

#### 8. Aquisição de Bens e Serviços

*As aquisições de bens e contratação de serviços são regidas pelas políticas do BID, as quais, preveem também a utilização de normas nacionais, quando a contratação ou aquisição tratar exclusivamente de contrapartida local. Assim, as aquisições e contratações se regem pelas normas GN-2349-15 e GN-2350-15 e pela Lei 8.666/94.*

Todos os bens adquiridos pelo Projeto passam a integrar o patrimônio da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, e são registrados no Sistema Integrado de Informações Gerenciais (SIIG), o qual controla todo o patrimônio da unidade executora.

## 9. Categorias de Investimento

RECURSOS FINANCEIROS (US\$)								
COMPONENTES	CONTRATO ORIGINAL				EXECUÇÃO			
	Empréstimo	%	Contrapartida	%	Empréstimo	%	Contrapartida	%
<b>1.Custos diretos</b>	<b>36.440.000</b>	<b>82,1%</b>	<b>7.400.000</b>	<b>16,7%</b>	<b>6.563.779</b>	<b>18,0%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
1.1 Componente I: Gestão Fazendária E Transparência Fiscal	10.970.000	24,7%		0%	2.048.583	18,7%	0	0%
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	19,8%	7.400.000	16,7%	3.105.559	35,3%	0	0%
1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	37,5%		0%	1.409.669	8,5%	0	0%
<b>2.Gestão do projeto</b>	<b>560.000</b>	<b>1,3%</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>31.152</b>	<b>5,6%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
2.1 Monitoramento e Avaliação	260.000	0,6%		0%	31.152	12,0%	0	0%
2.2 Auditoria	300.000	0,7%		0%	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>37.000.000</b>	<b>83,3%</b>	<b>7.400.000</b>	<b>16,7%</b>	<b>6.594.934</b>	<b>17,8%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>

## 10. Desembolsos Efetuados

Vide Nota 9.

## 11. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	6.594.963,63	0,00	6.594.963,63
Demonstrativo de Investimentos	6.594.963,63	0,00	6.594.963,63
Diferença	0,00	0,00	0,00

US\$

*[Assinatura]*





**12. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (OPS-1 Operational and Financial Executive Summary), por Categorias de Inversão.**

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	OPS-1 Disbursed Amount	Diferença
1.	6.563.811,18	5.543.080,87	1.020.730,31
1.1	2.048.583,24		
1.2	3.105.558,55		
1.3	1.409.669,39		
2.	31.152,45	27.191,53	3.960,92
2.1	31.152,45	0,00	0,00
2.2	0,00	0,00	0,00
Total	6.594.963,63	5.570.272,40	1.024.691,23

**Demonstrativo da diferença**

Ajuste da SD 05 a ser apresentado na SD 06	-123,97
Pagamentos pendentes de apresentação em 31.12.2020	1.024.815,20
<b>Total</b>	<b>1.024.691,23</b>

**13. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do OPS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos - BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.**

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	8.220.538,86
OPS - 1 (Disbursed Life)	8.220.538,86
Diferença	0,00

**14. Contingências**

*Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até data base de 31/12/2020, e até a data da elaboração/aprovação das demonstrações financeiras.*

*Handwritten signature/initials*



**15. Eventos Subsequentes**

*Não há eventos subsequentes a serem relatados.*

**16. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.**

Não existem ajustes a serem relatados.

**17. Outras Considerações / Esclarecimentos**

Não há considerações adicionais a serem apresentadas.

*Fábio Henrique Soares de Oliveira*  
Fábio Henrique Soares de Oliveira  
Secretário Executivo de  
Coordenação Institucional  
SCI/SEFAZ - PE